

1 Introdução

“Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (Paulo Freire)

A vontade de investigar o trabalho de socialização de meninos de rua em Belém, tendo como foco central a República do Pequeno Vendedor, vem da minha experiência como educador de rua em instituições públicas e privadas que atendem esse segmento da população na sociedade. Essa experiência forneceu-me oportunidade para uma maior aproximação com a realidade das crianças e dos adolescentes que trabalham ou vivem na rua, assim como às entidades que trabalham na socialização dessas crianças, inclusive na própria República onde trabalhei como educador de rua na década de 1980. Além da República tive outras experiências no trabalho com meninos de rua: Fundação Papa João XXIII – Belém (1985 – 1990), Terre des Hommes – Fortaleza (1990 -1997) e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Fortaleza e Belém (1985 a 1995).

Durante toda minha trajetória profissional, vi serem implementadas e extintas políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de risco em todos os níveis da esfera pública: municipal, estadual e federal. Umhas apenas com fins eleitoreiros, outras mais consistentes, mas sem recursos necessários para serem efetivadas de fato.

O que sempre me chamou atenção, algo comum de se ver em qualquer horário do dia, são crianças que se ocupam em vender sacolas, salgadinhos, balas e/ou fazer pequenos furtos nas grandes cidades brasileiras. Um cenário que parece compor uma realidade rotineira, natural, mas que no meu entender é muito cruel para essas crianças.

O Estado nem sempre ofereceu políticas para atendimento as crianças que se encontram em risco na rua, porém, quando as ofereceu, elas não deram conta de solucionar essa problemática. Os projetos e programas para atendimento às

crianças e aos adolescentes que se encontram em situação de riscos, de modo geral, sempre foram assistencialistas demais e não contribuíram muito para modificação da realidade das crianças e adolescentes de rua. O próprio Estado foi obrigado, a partir das reivindicações da sociedade civil organizada, a atender as crianças e adolescentes em programas sociais, quando ainda não fazia isso, dada às exigências da própria circunstância social e evolutiva do país. O Estatuto da criança e do adolescente é um exemplo das exigências da sociedade civil que foi aprovada e promulgada pelo Estado em 1990.

Sabemos que historicamente, a sociedade organiza-se através de instituições, sendo que as características e objetivos institucionais variam de acordo com as concepções sociais vigentes e as pessoas a quem se destinam. Contudo, o papel social desempenhado por estas instituições parece ter um aspecto comum, baseado na transferência de responsabilidade da sociedade para a instituição específica que foi construída. Este papel social deve ser ressaltado não para retirar o valor que as instituições possuem ou o mérito da realização dos seus trabalhos, mas para enfatizar a relação que a sociedade em geral desenvolve com estas, ajudando, assim, a compreender as exigências, as expectativas e as demandas que são depositadas nestes locais.

Em relação às crianças e aos adolescentes em situação de rua, considerados conseqüências dos problemas sociais, uma das soluções encontradas pelo Estado foi à criação de políticas específicas para esta população. Estas políticas não acompanharam as mudanças conceituais referentes à infância ao longo do tempo, mas mantiveram sempre o objetivo de atender esta população, especialmente, para que não ficassem expostas nas ruas. Inicialmente, essas políticas tiveram como objetivo tirar as crianças e adolescentes da rua, colocando-as em instituições que foram depósitos de crianças abandonadas, depois, passaram a ser locais de detenção e correção de menores infratores ou locais basicamente assistencialistas, que visavam à salvação ou à recuperação destes jovens (ALVIM & VALLADARES, 1988). Estas funções institucionais, assim como suas características foram alteradas, principalmente, com a implementação do ECA (1990). Desde então, os programas, as instituições e as políticas de atendimento, tiveram que passar por adaptações e sofreram mudanças que, no entanto, ainda não foram suficientes para atender às exigências desta nova lei.

É importante destacar que o ECA (1990), considerado uma lei altamente avançada, ainda não está totalmente incorporado à concepção de infância e adolescência socialmente vigente, podendo esta não-incorporação ser justificada pela sua própria construção. O processo de atualização do Estatuto deu-se de forma peculiar, partindo de uma proposta do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua e outras organizações civis, entre elas, a República do Pequeno Vendedor, que foi adequada e aprovada pelo Congresso Nacional quando este vivenciava um clima de mudanças pós-constituente. Revelou-se, assim, um processo com ampla participação da sociedade civil organizada, caracterizando-se em um avanço se comparado a projetos de leis anteriores. Contudo, em termos de representatividade social ainda deixa muito a desejar, fazendo com que a noção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e deveres ainda não seja compartilhada por parte da sociedade, conforme dito anteriormente. Com isto, muitas vezes, a própria sociedade, exige do poder público soluções enérgicas contra estas crianças e adolescentes, geralmente no sentido de puni-las, sem a intenção de garantir os seus direitos. A sociedade almeja que as crianças e jovens de rua sejam retirados dos locais públicos, deixando, assim, de serem vistos e encarados como um problema social a ser resolvido, pois acredita que ao colocá-los em instituições que, de certa forma escondem o problema, isenta-se de sua responsabilidade.

Desta forma, a própria sociedade que deveria ser promotora do respeito aos direitos das crianças e adolescentes de rua, é ela própria, causadora do não cumprimento dos mesmos, já que exige do Estado local para o confinamento das crianças e adolescentes de rua, com o discurso de que elas são perigosas, por isso devem estar confinadas.

Ao contrário daquilo que quer e exige a sociedade, mas que não assume, em um processo contraditório do “tenho pena, mas tenho medo”, os profissionais de entidades e movimentos de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes têm defendido que o ECA, é necessário, que visa sistematicamente ampliar a garantia de que estes meninos e meninas são cidadãos de direitos e deveres e estão em desenvolvimento.

A relevância dos movimentos e programas de atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua não é verificada apenas pela sociedade, mas também pelos meninos e meninas que frequentam estes locais (SANTANA,

DONINELLI, FROSI, & KOLLER, 2003). Estudos têm demonstrado a capacidade de envolvimento destes jovens com esses programas, salientando que estes, juntamente com seus funcionários, desempenham um importante papel na rede de apoio social e afetivo dos atendidos (BRITO, 1999; FORSTER, BASTOS, TANNHAUS & 1992).

Atualmente há em algumas cidades brasileira uma tentativa de atender às crianças e aos adolescentes em situação de rua de forma integral, unificando esforços governamentais e ações da sociedade civil organizada – Belém, Porto Alegre, Fortaleza, entre outras. O discurso predominante demonstra o entendimento de uma noção de criança e adolescente conforme prescrita no ECA (1990), que ressalta a importância do atendimento conjunto ao jovem, pois apenas desta forma todas as suas necessidades podem ser satisfeitas e as ações desenvolvidas podem ser consideradas efetivas. Trata-se de um avanço considerado que, quando operacionalizado, apresenta possibilidades de alcançar um caráter preventivo, uma vez que, a princípio, enfatiza as razões desencadeadoras do processo de exclusão a que estas crianças e adolescentes, juntamente com suas famílias, estão submetidas.

Neste cenário, os movimentos e programas de atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de rua possuem como objetivo, além do suprimento das necessidades básicas dos jovens atendidos, a promoção de cidadania. Enfatizamos aqui que acrescentar a promoção de cidadania como objetivo destes programas, parece ser um reflexo da implementação do ECA (1990), e que foi verificado em alguns estudos com instituições de atendimento (CÂMARA, MEDEIROS, FERRIANI & GOMES, 2000; HECHT, 1998). Nestes estudos, a noção de cidadania aparece expressa de variadas formas, incluindo a idéia de superação da condição de violação de direitos e deveres, reconstrução de identidade social e ingresso na comunidade.

Este objetivo de promover cidadania, que muitas vezes não é operacionalizado, traz consigo uma alta responsabilidade social para os que se propõem a esta tarefa. É realmente difícil falar em cidadania para crianças e adolescentes que já não acredita, e nem poderia acreditar, no sistema social em que está inserido. Não se pode falar em direitos quando se nega comida, nem em obediência às normas sociais quando se está excluído deste sistema e não se pode

cobrar os deveres cidadãos de crianças e adolescentes que não tem a maioria dos seus direitos respeitados.

A tese se propõe investigar sobre o Trabalho de Socialização de meninos de rua em Belém do Pará, tendo como foco central a República do Pequeno Vendedor. Para isso, elegemos como problemática de nossa investigação: O trabalho de atendimento aos meninos de rua desenvolvido em Belém pela República do Pequeno Vendedor tem possibilitado a socialização e inserção dos meninos na sociedade? Partimos dessa problemática já que é senso comum em Belém que a República do Pequeno Vendedor, no decorrer de sua história, tem apresentado resultados positivos na socialização e inserção dos meninos de rua na sociedade, isso por que sua prática pedagógica está fundamentada em uma pedagogia de valorização e respeito à criança e ao adolescente como cidadãos sujeitos de direitos.

É comum ouvirmos da população em geral de Belém, que a Emaús consegue “recuperar” os meninos que estão na rua. Seu trabalho é bom, dá oportunidade aos meninos, educa, dá trabalho, ajuda suas famílias e possibilita um futuro melhor para os meninos de rua (OLIVEIRA, 1980: 89).

Como hipótese, partimos da afirmativa que República do Pequeno Vendedor vem construindo estratégias e práticas pedagógicas para socialização e inserção dos meninos de rua na sociedade, que conseguiram dar algumas respostas que as crianças de rua necessitavam. Neste sentido, a tese que defendemos é de que programas como a República do Pequeno Vendedor têm construído estratégias e práticas pedagógicas, com ênfase não exclusiva na educação informal, mais bem sucedidas do que as políticas públicas estatais para socialização e inserção dos meninos de rua na sociedade.

Questões Norteadoras

Sabemos que tradicionalmente o trabalho desenvolvido pela República do Pequeno Vendedor se contrapõe ao do Estado, neste sentido levantamos como questões norteadoras da nossa investigação: O que torna o trabalho desenvolvido pela república do Pequeno Vendedor com crianças de rua diferente ao desenvolvido pelo Estado? Qual a prática pedagógica desenvolvida pela República do Pequeno Vendedor? Qual o princípio norteador da prática pedagógica da República do Pequeno Vendedor?

É por estes questionamentos e inquietações que propusemos investigar o trabalho desenvolvido pela República do Pequeno Vendedor, pois que, ao contrário do Estado, no decorrer destes 40 anos suas ações parecem ter sido mais eficazes.

Objetivo Central

A pesquisa teve como objetivo descrever o trabalho de socialização de meninos de rua em Belém, partindo da prática da República do Pequeno Vendedor na socialização e valorização dos meninos de rua, com vistas a ampliar o conhecimento acerca das políticas de atendimento a essa camada da população, buscando entender as diretrizes estabelecidas para essa problemática urbana, assim como, os resultados até agora alcançados com as mesmas.

Relevância do Tema

Entre as décadas de 1980 e 2000, a própria ciência passou a se preocupar em estudar mais a temática meninos de rua, vários centros de pesquisas foram criados – nas universidades e fora delas - entidades nacionais e internacionais passaram a trabalhar a socialização das crianças de rua, entre elas, uma se destacou no cenário nacional: a República do Pequeno Vendedor. Seus programas e suas ações passaram a ser reconhecidos internacionalmente, como um programa capaz de retirar crianças da rua e inseri-los na sociedade.

Nas décadas de 1990 e 2000, as universidades e institutos de pesquisas passaram a apresentar resultados de pesquisas sobre meninos de rua: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Manaus e Belém foram capitais que começaram a se preocupar com a quantidade de crianças nas ruas. Particularmente em Belém, tanto as universidades, como as instituições de atendimento as crianças de rua, mobilizaram-se para fazer as primeiras pesquisas de contagem de meninos de rua. A primeira, realizada em 1993 (FUNPAPA 1993), apontou que existiam 3.521 crianças nas ruas de Belém, sendo 3.116 do sexo masculino e 405 do sexo feminino. Essas crianças foram encontradas em 16 áreas diferentes, de maior concentração de pessoas da cidade: centro comercial, frente de Shoppings, feiras, praças e área central da cidade. Entre crianças encontradas nas ruas 256 tinham a rua como seu espaço de moradia, passando dia e noite na rua, outras 3.265 passavam o dia na rua, porém, à noite, retornavam para suas casas.

Uma segunda pesquisa com meninos de rua em Belém (FUNPAPA, 1998), voltou acontecer em 1998, desta vez, apontando um aumento do número de crianças que ficavam dia e noite na rua. Em 2004, após a constituição de uma grande rede de entidades que trabalham com meninos de rua, intitulado CONQUISTANDO A VIDA, apoiada pelo empresariado local, pela terceira vez, realiza-se uma nova pesquisa para contar as crianças e adolescentes de rua (EMÁUS, 2004), com a finalidade de organizar uma ação em rede para atendimento aos meninos de rua, coordenada pela República do pequeno Vendedor.

Essa terceira pesquisa apontou que a situação dos meninos que vivem nas ruas de Belém agravou-se, pulando de 256 em 1993, para 403 em 2005.

A partir da década de mil novecentos e noventa (1990), as temáticas meninos de rua e crianças em situação de risco, passaram a ser assuntos nas universidades paraenses. Universidade Federal do Pará - UFPA, Universidade do Estado do Pará - UEPA, Universidade da Amazônia - UNAMA, criaram grupos de estudos e pesquisas sobre a temática, aumentando assim, os estudos sobre a problemática dos meninos de rua, isso tanto nos programas de pós-graduação, quanto nos cursos de graduação, principalmente os de Pedagogia e Serviço Social.

A procura dos dados

Para coleta de dados da pesquisa, fomos até o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes de Belém - CMDCA, Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA, Fundação do Bem Estar da Criança e do Adolescente do Pará – FUNCAP, Lar de Maria, Centro de Valorização da Criança – CVC, República do Pequeno Vendedor – RPV, além das bibliotecas - central e setoriais - das três grandes universidades paraenses: UFPA, UEPA E UNAMA. Nosso objetivo foi fazer um levantamento sobre os trabalhos defendidos sobre nossa temática de investigação nos programas de pós-graduação e graduação destas universidades

Os programas de pós - graduação nos quais fizemos levantamento na UFPA foram: Educação, Serviço Social, Ciências Sociais – Antropologia e Sociologia e nos cursos de graduação de Pedagogia e Serviço Social. Na UEPA, o levantamento foi feito no curso de Pedagogia e no programa de pós-graduação em educação, já que não existem outros programas nas áreas das Ciências Humanas e

Sociais na instituição. Na universidade da Amazônia - UNAMA só foi possível levantarmos dados nos cursos de graduação de Serviço Social e Pedagogia. A universidade não possui programa de pós-graduação nas áreas de Educação e Ciências Sociais. Na UFPA foram feitos levantamentos nos cursos de graduação de Pedagogia e Serviço Social, além dos programas de pós-graduação já citados. O levantamento foi feito na biblioteca central e nas bibliotecas setoriais existentes nas instituições. Na UFPA procuramos além da biblioteca central, as bibliotecas setoriais dos institutos de Ciências da Educação, Filosofia e Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Foi comum nas bibliotecas da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade do Estado do Pará - UEPA a procura manual do material, já que nas mesmas não existe o serviço digitalizado. Queremos dizer que os trabalhos monográficos, dissertações, teses e TCCs não estavam, no momento do levantamento, disponíveis de forma digitalizada para os usuários. Na Universidade da Amazônia – UNAMA, encontramos com facilidade os dados procurados porque nesta instituição os serviços de biblioteca estão digitalizados.

Um exemplo das dificuldades encontradas, foi o que aconteceu nas bibliotecas setoriais dos Institutos de Ciências da Educação e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. A primeira possui um arquivo de 154 teses e dissertações e 870 trabalhos de conclusão de curso. Para obtermos os dados tivemos que procurar um a um nos arquivos, tanto da pós – graduação, quanto da graduação. O mesmo aconteceu na biblioteca do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

Apesar das dificuldades encontradas foi possível organizarmos os dados coletados, conforme apresentamos abaixo.

UFPA / GRADUAÇÃO

SERVIÇO SOCIAL

Sobre Meninos de Rua	Outras Instituições	RPV
13	08	05

PEDAGOGIA

Sobre Meninos de Rua	Outras Instituições	RPV
11	08	03

UEPA / GRADUAÇÃO**PEDAGOGIA**

Sobre Meninos de Rua	Outras Instituições	RPV
02	-	-

UNAMA / GRADUAÇÃO**SERVIÇO SOCIAL**

Sobre Meninos de Rua	Outras Instituições	RPV
14	05	09

OBS: Não foi encontrado nenhum trabalho de pesquisa sobre a temática, no curso de pedagogia.

UFPA / PÓS-GRADUAÇÃO**EDUCAÇÃO / 1996 - 2009**

Temáticas Diversas	Crianças e Adolescentes	RPV
81	03	-

CIÊNCIAS SOCIAIS / 2005 - 2009

Temáticas Diversas	Crianças e Adolescentes	RPV
16	01	-

SOCIOLOGIA / 2000 – 2009

Temáticas Diversas	Crianças e Adolescentes	RPV
40	-	-

SERVIÇO SOCIAL / 1998 - 2009

Temáticas Diversas	Crianças e Adolescentes	RPV
56	03	-

Os dados apresentados nos quadros acima representam um achado significativo para pesquisa, haja vista não termos encontrado nenhum trabalho dissertativo nos programas de pós-graduação das universidades pesquisadas, que mostre a evolução das pesquisas no campo de estudo sobre o trabalho desenvolvido República do Pequeno Vendedor. Porém, quando verificamos os cursos de graduação, foi possível encontrarmos tais trabalhos.

Detectamos que os cursos de graduação em Serviço Social e Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA e Serviço Social da Universidade da Amazônia – UNAMA são os que mais apresentam trabalhos de pesquisa sobre a República do Pequeno Vendedor, assim como, dentro da temática meninos de rua. A graduação em Pedagogia da Universidade do Estado Pará - UEPA não

apresenta nenhum trabalho de pesquisa sobre a RPV, porém do total das pesquisas investigadas, encontramos dois trabalhos que tratam da pesquisa meninos de rua. Quanto aos cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Pará: Mestrado-doutorado em Educação, Mestrado-doutorado em Sociologia, Mestrado em Serviço social, Mestrado-doutorado em Ciências Sociais, das 194 teses e dissertações defendidas, nenhuma aborda a República do Pequeno Vendedor como tema de pesquisa, porém, 4 delas, 3 no programa de Educação e 1 no programa de Serviço Social, tratam da temática crianças e adolescentes em situação de risco, o que nos levou a crer que todas as 4 foram defendidas pós Estatuto da Criança e do Adolescente, isto é, pós 1990 – data da promulgação do Estatuto da criança e adolescente -, já que usam a nomenclatura crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. As demais dissertações e teses (93), abordam temáticas diversas, entre as quais: ensino-aprendizagem das crianças pequenas, políticas públicas educacionais, gestão da educação, educação do campo, currículo e educação, família, SUS, habitação, candomblé, eleições, entre outras.

O resultado do levantamento feito reforçou em nós, a importância de investigar o trabalho desenvolvido pela República do Pequeno Vendedor, já que, o movimento não tem sido objeto de preocupação dos cursos de pós- graduação das Universidades Públicas do Pará, mas foi possível encontrar, nos arquivos da República do Pequeno Vendedor, duas dissertações de mestrado, onde o objeto de estudo, é uma das expressões do Movimento República de Emaús; ambas as dissertações, defendidas na segunda metade da década de 1990, uma na USP e outra na PUC- SÃO PAULO, discutem o trabalho de educação formal desenvolvida pela escola Cidade de Emaús.

Depois do exposto acima, e da importância significativa da República do Pequeno Vendedor, estruturamos a tese da seguinte maneira: além desta introdução , tomada como capítulo 1, foram desenvolvidos mais 6 capítulos.

No segundo capítulo, tratamos da metodologia empregada para desenvolvimento da pesquisa – chamo de caminhos percorridos-, mostro quem foram os atores da pesquisa, os instrumentos e procedimentos utilizados para coleta de dados, além do local onde a pesquisa foi realizada. Neste item, aproveitamos para fazer uma apresentação da cidade de Belém e dos dois bairros

onde ficam localizados os pólos de atendimento da República do Pequeno Vendedor

No terceiro capítulo, falamos da história do atendimento à infância no Brasil, trazendo à cena um pequeno histórico de como se deu esse atendimento no Brasil em vários períodos de sua história, assim como, os programas e instituições que foram criados e extintos para atender o então “*menor infrator*” ou “*menor abandonado*” no Brasil.

No quarto capítulo, mostramos os vários programas e entidades criados em Belém que atendem ou atenderam as crianças pobres, assim como as políticas para as crianças socialmente abandonadas: LAR DE MARIA, Fundação da Criança e Adolescente do Pará - FUNCAP, Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA, Centro de Valorização da Criança - CVC, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR, República do Pequeno Vendedor - RPV.

No quinto capítulo, discutimos o Movimento República do Pequeno vendedor, contando um pouco da história do seu surgimento, da sua estrutura e organização no atendimento aos meninos de rua, assim como, da sua natureza como movimento social, para isso uso a fala dos fundadores, coordenadores e educadores do movimento.

No sexto capítulo, apresentamos os programas de atendimento aos meninos de rua desenvolvidos pela República do Pequeno Vendedor.

Por último, nossas considerações finais sobre este movimento. Para isso, usamos os depoimentos de ex- meninos que freqüentaram a república, assim como, de educadores e voluntários que atuaram na RPV.